

I. Abertura da audiência:

João Carlos Figueiredo - Presidente do Iprejun:

Breve relato de como será a audiência, dividida em três partes:

- 1) considerações gerais sobre a reforma imposta pela EC 103/2019;
- 2) porque é preciso instituir um Regime de Previdência Complementar?
- 3) porque é necessário mudar as regras do Regime Próprio de Previdência já existente?

José Roberto Rizzotti - Gestor Adjunto de Finanças:

Os passos cumpridos até agora sobre a reforma.

II. Apresentações:

Edevaldo - consultor contratado para apoiar a reforma:

Considerações sobre a EC 103/2019 e a reforma do regime previdenciário do município de Jundiá

Edevaldo - consultor contratado para apoiar a reforma:

Instituição do RPC: Porque é preciso instituir um RPC?

Claudia George Musseli Cezar – Diretora do Iprejun:

Porque é necessário mudar as regras do RPPS já existente?

Apresentação das regras atuais e da situação econômica, financeira e atuarial do IPREJUN.

Simulações das novas regras e os impactos no Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

José Roberto Rizzotti - Gestor Adjunto de Finanças:

Afinal, qual reforma cabe no Orçamento do Município?

Quais são os impactos orçamentários das regras simuladas na Reforma da Previdência Municipal?

III. Perguntas e Respostas

José Roberto Rizzotti:

Encaminhamento das perguntas e respostas vindas por e-mail para cada interlocutor.

IV. Encerramento

João Figueiredo e José Roberto Rizzotti:

Considerações finais e encerramento.

Informação: dia 27, será apresentada a 1ª versão da minuta de projeto de lei que proporá mudanças nas regras do RPPS, para a Comissão Extraordinária de Servidores e para os Conselheiros do Iprejun, após, o projeto passará por análise dos jurídicos do Iprejun e da Prefeitura e será enviado, na sequência, para a Câmara.